

A evasão na educação superior entre debate social e objeto de pesquisa

Georgina Gonçalves dos Santos
Lélia Custódio da Silva

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SANTOS, GG., and SILVA, LC. A evasão na educação superior: entre debate social e objeto de pesquisa. In: SAMPAIO, SMR., org. *Observatório da vida estudantil: primeiros estudos* [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 249-262. ISBN 978-85-232-1211-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

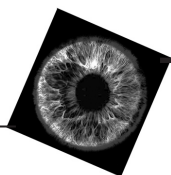


All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

A EVASÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR entre debate social e objeto de pesquisa



GEORGINA GONÇALVES DOS SANTOS

LÉLIA CUSTÓDIO DA SILVA

INTRODUÇÃO

A julgar pelo volume e datação da literatura, é recente a preocupação da pesquisa brasileira com a evasão em cursos da educação superior¹, tema que interroga, ao mesmo tempo, a sociedade e a instituição universitária. Evasão foi, e ainda é, tema privilegiado da pesquisa em escolas de ensino fundamental e de ensino médio e a fragilidade de estudos nessa área, com foco na educação superior, é o que permite um relativo ofuscamento das suas causas e extensão, quer em universidades públicas ou privadas.

De qualquer forma, num país que ainda lida com a necessidade de universalizar o ensino médio, parece paradoxal que o aluno ultrapasse todas as barreiras impostas ao acesso à educação superior pública,

1 O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior foi criado apenas em 2004.

e dela desista, ao final de um tempo variável, em que o primeiro ano é crucial. O nosso objetivo, com a elaboração deste texto, além de ensaiar uma discussão conceitual, em virtude da relativa imprecisão identificada na literatura sobre o termo evasão, é polemizar e interrogar o fenômeno em relação a jovens universitários. Preferimos esse caminho mais que oferecer explicações, soluções e saídas.

Interessam-nos muito as perguntas novas que podem ser colocadas, pois este é um objeto privilegiado da pesquisa sobre a universidade contemporânea, pela simples constatação de sua amplitude, em instituições aqui e além de nossas fronteiras. Infelizmente, o fenômeno não atinge apenas países como o nosso, que ainda exhibe fortes índices de jovens sem acesso à educação superior. Países da comunidade europeia, a exemplo da França, cuja realidade nos é familiar e que detém longa tradição de massificação da educação em todos os níveis, debatem-se, igualmente, com a saída de estudantes universitários não diplomados. Na opinião de Coulon (2008, p. 31), “Hoje o problema não é entrar na universidade, mas continuar nela [...]”, referindo-se à gravidade da situação que atinge o sistema universitário francês.

Existem, no Brasil, 183 universidades, 97 públicas e 86 privadas. Funcionam ainda 124 centros universitários, em sua grande maioria privados, e 1.911 Faculdades igualmente quase todas privadas². Um total de 910.537 estudantes ingressou em universidades, em 2008: 67% em universidades privadas e 33% no sistema público.

Um dos indicadores utilizados para realizar a avaliação de uma instituição de educação superior é a sua taxa de evasão. Quanto menor ela é, mais diplomados são disponibilizados à sociedade. Se os índices de evasão são consideráveis, podemos concluir que existem problemas e disfuncionamento, sem, contudo, podermos afirmar, no caso deles serem baixos, que tudo ocorre de forma satisfatória³.

2 Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) de 2008.

3 A taxa de evasão é calculada como o complemento em relação a 1, da razão entre o número de concluintes no ano n e o número de ingressantes no ano $n-3$. Multiplicando-

A tabela a seguir apresenta a evolução das taxas de evasão para o setor público e o privado, de 2002 até 2008, último ano disponível na sinopse do INEP:

Taxa Evasão	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Universidade Pública	25%	27%	23%	37%	41%	45%	42%
Universidade Privada	42%	46%	56%	52%	55%	54%	52%

Fonte: INEP

De forma geral, segundo esses dados, as universidades públicas encontram-se em melhor situação que as de caráter privado, no período observado. Entretanto, mesmo nessas instituições, o problema pode ser considerado grave e apresenta uma tendência a evoluir, mesmo que, em 2008, seja observada uma ligeira queda de 3% em relação ao ano anterior. Sublinhamos que este texto tratará exclusivamente da saída de jovens do sistema público de educação superior, não apenas porque é nesse sistema que estamos engajados, mas por que pensamos que os condicionantes do eventual abandono dos estudos, no sistema privado, passem talvez por caminhos diferentes.

Uma das vertentes de compreensão da evasão em universidades analisa o tema enfatizando a falência do preparo anterior dos estudantes para as exigências da vida acadêmica. Esta pode ser apenas uma via fácil diante da complexidade que temos diante de nós. Com isso, não excluimos do problema, a participação das escolas de nível médio, sejam elas públicas ou particulares.

O fato das escolas médias privadas terem como foco, quase exclusivo, auxiliar os jovens a ultrapassar a barreira do vestibular, em cursos de progressão linear, resulta num preparo muito insuficiente em habilidades importantes, que auxiliem o futuro estudante universitário nessa nova etapa; o exemplo prático para nossa constatação é que, mesmo treinados para passar a barreira do ingresso na universidade, os estu-

se por 100% obtém-se o resultado em percentuais. Assim, se em 1900 ingressaram 1000 alunos, e em 1903 concluíram os cursos 400 alunos, a taxa de evasão terá sido de 60%.

dantes enfrentam muitas dificuldades na produção de textos acadêmicos. Em escolas públicas, ao menos na realidade que conhecemos, nordestina, baiana, além da oferta de uma educação qualitativamente deficitária, não se realizam esforços significativos para promover a continuidade dos estudos⁴, facilitada, no caso de nossas universidades, pelas políticas de ações afirmativas por elas adotadas. Detemo-nos agora na nomenclatura utilizada e nas diferentes motivações apontadas para o abandono de um curso superior por alguns estudos nesse campo.

DA NOMEAÇÃO DO FENÔMENO E DE SUAS MOTIVAÇÕES

Realizados há bastante tempo para tratar do desengajamento de crianças e jovens da escola fundamental ou média, os estudos sobre evasão chegam tardiamente à educação superior⁵. As palavras utilizadas comumente nesses trabalhos foram, dessa forma, retomadas para designar experiências pretendidas como similares. Aqui, um primeiro cuidado é necessário: é possível que o fenômeno não seja o mesmo, ou não esteja submetido às mesmas injunções, quer se trate de uma criança de 9 anos, de um adolescente de 14 ou de um jovem de 22 anos, ainda que igualmente nomeado em todos os casos. A palavra evasão, utilizada na área das ciências da educação para designar a saída de indivíduos matriculados em qualquer nível do sistema educacional requer, assim, alguma precaução e exame prévio.

Originalmente, a palavra é sinônimo de fuga, evitação e desvio. Seu contrário quer dizer continuar, ficar, estar cativo, aprisionado, prisioneiro. Coulon (2008) irá referir dois fenômenos diferentes: eliminação,

4 Dados de pesquisa realizada pelo Observatório da Vida Estudantil, em 2008, em escolas da rede pública de Salvador.

5 Segundo Moelhlecke (2007), a primeira vez que se realizou um estudo de âmbito nacional para o acompanhamento de estudantes universitários, foi em 1997, quando foram analisadas, não apenas as taxas de evasão, mas também de diplomação e de retenção de cursos superiores públicos no Brasil. O estudo, entretanto, não contemplou causas e/ou motivações para a evasão, nem os fatores que influenciam as taxas de diplomação e retenção.

quando os estudantes, em função de fracasso repetido ou não, interrompem o curso que fazem e abandono (autoeliminação), que ocorre por iniciativa do estudante, após um período, onde ele, sem ter atingido sua afiliação intelectual ou institucional, desiste tanto do curso como da universidade; o primeiro ano, para esse autor, é o mais crítico de todos.

Consultando a literatura, identificamos que existe uma fronteira esmaecida entre os termos exclusão e evasão. Muitos autores referem-se a processos de exclusão, quando falam do abandono da universidade, frequentemente relacionados às dificuldades de permanência de estudantes ingressos pela política de ações afirmativas. Ou seja, mesmo que as universidades tenham avançado ampliando acesso para negros, indígenas e oriundos de escolas públicas, a debilidade ou inexistência de programas que visam apoiar esses segmentos, funcionaria como fatores que promovem a sua evasão/exclusão. A premissa não é absurda, mas dados iniciais, acerca de resultados e abandono entre cotistas, não parecem reforçar essa ideia para a qual já existe um discurso prévio à espera de dados, mesmo parciais, ou meras opiniões para se justificar. Essas vozes referem-se, insistentemente, a condições de permanência insuficientes, pois “a massificação deste nível de ensino não é sinônimo de igualdade de acesso para todos os jovens continuando a registrar-se acentuadas disparidades” (ALMEIDA et al. 2006, p. 508), afirmativa com a qual também concorda Silva (2003), dentre outros.

É importante considerar aqui a inversão proposta por Piotto (2008), quando essa autora defende que a pesquisa deve buscar as condições que são reunidas e que resultam na longevidade escolar de estudantes de origem popular. A exemplo do que fez Lahire (1997), quando se debruçou sobre trajetórias escolares improváveis, contrariando a lógica reprodutivista, que entende as dificuldades dos estudantes de origem popular como resultando direta e necessariamente das condições socioeconômicas e culturais de suas famílias de origem, ou a esses fatores atribui seu eventual fracasso.

Nem a reprodução, nem a ideia de transmissão podem refletir a ação vigorosa e altamente complexa de aprendizagem e reconstrução

individual e, ao mesmo tempo social, que resulta na diversidade de percursos dos estudantes de origem popular. Piotto (2007) apresenta também os bons resultados de estudantes cotistas, objeto de seu trabalho de doutorado. Nunca é demasiado lembrar que o abandono dos estudos superiores não é fato que atinja exclusivamente uma dada população e, como afirmado anteriormente, tampouco prerrogativa de estudantes de origem popular. As universidades que adotaram algum tipo de sistema de reserva de vagas, mas não apenas elas, precisam manter e apresentar regularmente para a sociedade dados sistemáticos acerca da destinação de todos que nela ingressam, e, se possível, desenvolver alguma forma de acompanhamento de sua inserção no mundo do trabalho, nos anos que se seguem à obtenção do diploma. Aqui, pesquisa e amplo debate social precisam convergir.

Se a evasão, considerada como classe geral, significa uma desistência do estudante que sai da universidade sem concluir o curso, para Pereira (1995) “existem categorias que podem ser observadas, como abandono, cancelamento a pedido, cancelamento pela universidade e transferência para outra instituição”; segundo ele, “ainda podemos identificar outra nuance na evasão: quando o aluno migra de um curso ou área para outro”. Nesses casos, propõe o autor considerar essa mudança como flutuação ou mobilidade que se dá como consequência de um possível amadurecimento pessoal do estudante, não sendo possível então, compreender esse tipo de evasão como “problema”, mas resultado de uma busca.

De um ponto de vista técnico, evasão ainda pode ser entendida como evasão anual média e evasão total. A evasão anual média tem como objetivo mensurar a porcentagem dos estudantes matriculados num sistema de ensino, IES (Instituições de Educação Superior) ou curso, que não se formaram e não se matricularam no semestre ou ano posterior. A evasão total, também chamada de índice de titulação, mede a quantidade de estudantes que cursaram uma IES ou sistema de ensino, mas não conseguiram o diploma. (REIS FILHO et al., 2007) A evasão também pode ser tardia ou imediata, resultando de motivações distintas para a evasão. (SANTOS; BARROS, 1994)

A dúvida pela continuidade também constitui uma problemática correlacionada com a evasão estudantil. Dias (1995) aponta dois tipos de dúvidas na continuidade e interrupção do curso, chamados de *sentimento de dúvida* e *dúvida real*. O *sentimento de dúvida* caracteriza-se pela insatisfação, questionamentos relativos ao curso, mas que não apresenta uma tomada de decisão imediata. Na *dúvida real*, o estudante se sente movido a tomar uma decisão sobre a continuação ou não do curso. A dúvida da continuidade desencadeia o prolongamento ou a desistência do curso, pois a entrada na universidade não garante o êxito educacional do estudante. O ensino superior apresenta uma forma de ensino-aprendizado diferente da que o estudante estava acostumado na escola. Essas diferenças podem fazer surgir o sentimento de insegurança com relação à vida universitária e à futura profissão.

Num estudo publicado em 2007, Beaupère et al. (2007, p. 16) aborda a dificuldade conceitual ligada ao tema da evasão. Diz a autora:

Nós levantamos quatro denominações que são importantes precisar e alocar em seus contextos específicos. Os termos ‘desengajamento’ e ‘fracasso’ remetem, implicitamente, ao mau funcionamento do ensino; é uma das reações possíveis ao ambiente e às suas contingências. Os termos ‘abandono’ e ‘desistência’ parecem mais ligados a decisões individuais. Estas diferentes terminologias não são neutras e subentendem fatores diferentes para o abandono dos estudos superiores.

As opiniões desses autores chamam nossa atenção para a não neutralidade das palavras utilizadas nesse campo, na medida em que elas remetem à observação diferenciada de seus antecedentes e até, acrescentamos, do seu desenvolvimento.

No caso brasileiro, além da seleção oficial para a entrada na educação superior, seja através de exames vestibulares ou através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) outra seleção, ou talvez outras operem de forma oficiosa. Essas seleções referem-se à organização dos currículos; à hierarquia socialmente estabelecida entre os diferentes tipos de diplomas concedidos pelas universidades; às dificuldades

encontradas pelos estudantes para responder, de forma adequada, às exigências dos professores; às competências voltadas para as tarefas intelectuais efetivamente conquistadas antes da entrada na universidade e a aspectos concorrentes, como casamento e filhos, especialmente para estudantes do sexo feminino, e trabalho, para ambos os sexos.

No caso de estudantes que deixam a Universidade, em função da necessidade de trabalhar ou de se ocupar dos filhos, temos aí um “tipo” de saída, que, para muitos, é vivida como uma espécie de adversidade da vida, pois conhecem a importância da longevidade escolar com obtenção de diploma, como fator de preparação intelectual e mobilidade social. No cotidiano da sala de aula, são inúmeras as histórias desse tipo entre estudantes mais velhos e que retornam, por vezes, muitos anos depois, em busca de continuar sua formação acadêmica.

O *Observatoire de La Vie Étudiante*, estrutura do Ministério da Educação da França, que pesquisa diferentes aspectos da condição estudantil, dispõe de estudos específicos voltados especialmente para a compreensão das vicissitudes de jovens que tentam conciliar estudo e trabalho. Em um desses relatórios (BÉRIAL, 2007), entre outros temas, é avaliado o impacto da duração semanal dessa atividade sobre o sucesso escolar dos estudantes. O relatório conclui que continuidade e conclusão de um curso universitário são prejudicados ou ameaçados por investimento em tempo de trabalho, acima de 16 a 20 horas semanais, índices que acompanham uma curva também crescente da taxa de fracasso e abandono dos estudos.

O trabalho, buscado por esses jovens como um fator de autonomia e/ou independência econômica em relação a suas famílias, concorre fortemente com a obtenção de um diploma, fragilizando suas trajetórias universitárias e os tornando perdedores nessa corrida. Entretanto, mesmo o trabalho, como fator a ser considerado no insucesso e eventual desligamento dos estudos superiores, deve ser pensado no âmbito da vida universitária: a existência de trabalhadores estudantes não deveria ser prevista de tal modo que as trajetórias desse segmento fossem

contempladas com medidas especiais que facilitassem a conclusão do ciclo universitário?

Além da perspectiva macro de análise em torno da evasão, é possível abrir as lentes da observação para encontrar, em detalhes do cotidiano da vida em universidades, se não motivos, mas condições sutis que, reunidas, fazem parte do percurso até o abandono completo dos estudos. Diz Felouzis (1997, p. 94):

[...] a organização universitária é, em grande parte, implícita, o que dá aos primeiros passos dentro da universidade o aspecto de uma corrida de obstáculos na qual sobrevivem apenas os mais dotados do ponto de vista escolar e aqueles que conseguem decodificar, antes dos outros, a coerência geral da instituição e do currículo.

Um antídoto em relação ao perigo dos “implícitos” é aumentar o tempo de permanência dos estudantes no espaço da universidade, como alerta Coulon (2008). Quanto mais tempo passar o estudante nesse ambiente, maiores serão suas chances de compreender o funcionamento desse mundo, suas regras, seus limites, suas exigências e possibilidades. Mesmo a participação em eventos não diretamente relacionados às aprendizagens acadêmicas é importante nesse percurso que leva da admissão ao diploma.

Sendo o abandono mais provável ao longo do primeiro ano universitário, e amplamente aceita a compreensão acerca da centralidade da afiliação e da aculturação aos códigos da universidade, o olhar dos gestores e pesquisadores, ao menos na França, recai sobre a importância do acolhimento e da orientação acadêmica aos ingressantes, para tentar garantir a passagem do *métier* de aluno, ao *métier* de estudante. Entretanto, o que parece ser uma modalidade de prevenção é criticado como uma espécie de “secundarização”⁶ da educação superior (BEAU-PÈRE, 2007), que protege excessivamente, dificultando a autonomia e definitiva inclusão do estudante na vida acadêmica.

6 O ensino médio, em francês, é chamado de ensino secundário, como antes, no Brasil.

JUVENTUDE CONTEMPORÂNEA E VIDA UNIVERSITÁRIA

Sem a intenção de tratar, nos limites de poucas páginas, questão tão vasta, trazemos alguns elementos que possam ajudar essa discussão a melhor se desenvolver, pela ampliação de horizontes que provoca.

Um fato importante do nosso tempo é o atardamento da emancipação da juventude e a fluidez dos critérios sociais utilizados para marcar a entrada definitiva na vida adulta. As mudanças desenvolvimentais não seguem mais a perspectiva linear de eventos marcadores, acontecendo em idades que se sucedem ao longo do tempo de vida de uma pessoa. Hoje, é possível que um jovem deixe o sistema de ensino para trabalhar, estabeleça relação com um parceiro, tenha um filho e, depois, retorne ao mundo da educação para completar seus estudos, mesmo que abandonar os estudos tenha como consequência acessar empregos precários ou menos rentáveis. A estabilidade almejada e pela qual se lutava, especialmente nos setores médios da população, como condição para a constituição de uma família, não parece mais fazer parte de parcela significativa das culturas juvenis.

A saída da casa dos pais é outra situação sujeita a muitas mudanças. O prolongamento do tempo de estudos, característica dos países industrializados, a partir de meados do século XX, altera o curso de práticas usuais relativas à emancipação: hoje, jovens entre 18 e 25 anos de idade encontram-se em pleno período de formação, muito deles ainda convivendo com suas formações familiares originais. No caso de qualquer eventualidade relativa aos estudos, como o desinteresse pela formação que seguem, eles contam com essa retaguarda de proteção da família, talvez permitindo que experimentem novas opções de currículo ou que abandonem simplesmente aquele onde se encontravam, com menos inseguranças quanto à sua manutenção.

Pais (2005) vai identificar na juventude portuguesa trajetórias lineares da escola para o trabalho que tendem a se transformar em trajetórias *ioiô*: tanto para os que vão cedo para o mercado como para aqueles que se encontram em universidades, a necessidade de qualificação exige o retorno à escola para novos períodos formativos, o que pode

adiar muito decisões relativas à vida pessoal e independência do ponto de vista do domicílio. Todas essas modificações relativas à juventude e suas intrincadas relações com a educação, o mundo do trabalho, a família e aspectos do desenvolvimento pessoal não podem deixar de participar da relativa instabilidade juvenil frente à sua permanência na educação superior.

Por outro lado, as relações das novas gerações com o mundo baseiam-se na instantaneidade, na interatividade à distância, permitida pela comunicação sem fio, o que altera hábitos e expectativas relativas ao modo de conhecimento mais adaptado às novas tecnologias. Seria esse mundo também frequentado pelos professores e considerado quando professores planejam suas estratégias educativas? É Canclini (2009, p. 148) quem afirma:

As diferenças geracionais entre professores e alunos não se manifestam somente no manejo de conteúdos informativos, mas também nos estilos de acesso e uso da informação. Quando queremos preparar um trabalho, procuramos a informação em livros, revistas ou na internet?

Esse autor chama a atenção para uma espécie de “presenteísmo” – a perda do sentido histórico e utópico (CANCLINI, 2009), que impera nas relações da juventude com a vida e em suas relações pessoais e institucionais. São exatamente os jovens que experimentam de forma severa a instabilidade profissional e a exposição a riscos pouco previsíveis, permitindo certo “descolamento” da perspectiva histórica que leva muitos à desesperança e a um sentimento de que “o esforço não vale à pena”. Isso vai atingir inclusive suas relações com a educação provocando “[...] uma reorganização radical do que vínhamos chamando de modernidade [...]”. (CANCLINI, 2009, p. 150)

Frente a um vasto mundo informacional e acessível, como o ensino ainda professoral adotado em universidades em todo o mundo é sentido por uma parcela dessa juventude que busca espaço nelas para em seguida descartá-la? Que tipo de antena necessita a educação superior para se conectar aos novos tempos vividos pela juventude que a procura?

Estariam essas mudanças implicadas no abandono dos estudos superiores? De que forma? Como sintonizar esses dois mundos que parecem em curso de um divórcio onde a linguagem comum foi rompida?

A relativa rigidez em que vivem as universidades pode estar em dissonância com a instabilidade e flutuação do mundo onde circulam as novas gerações. Isso pode ter consequências importantes do ponto de vista curricular. Para Ribeiro (2003), a evasão seria um fenômeno que revela uma crítica à universidade que não consegue se estruturar de modo compatível com novos modos de comportamento. Para ele, a evasão pode ser vista como uma reação às fronteiras disciplinares que permeiam o que a instituição oferece a seus estudantes. A forma como cada área se delimita até espacialmente e a especialização extrema do saber já não dão mais conta das necessidades humanas relativas ao conhecimento. A universidade não pode restringir seu espaço de liberdade, criação e cultura, mas deve promover espíritos inquietos e não ter como objetivo central a emissão de diplomas que dão acesso linear a uma profissão; sua função é apresentar os múltiplos saberes que extrapolam fronteiras, propõem novas áreas de fricção entre eles e derivam da inovação. (RIBEIRO, 2003)

PARA CONCLUIR

O tratamento adequado desse tema não pode se restringir ao campo da educação. Ele exige aproximação de saberes originários de outras áreas do conhecimento, especialmente aquelas que discutem mudanças no mundo do trabalho, a distinção contemporânea entre mundo analógico e digital que cria novas questões intergeracionais e, sobretudo, estudos sobre juventude que discutam o que significa emancipação para as novas gerações. Evitando toda individualização do problema, na medida em que, sair da universidade sem um diploma, não é ato circunscrito ao âmbito da família ou do jovem que toma essa decisão, se é que podemos chamar essa saída de “decisão”. Talvez ela seja adotada como única alternativa e seja gestada antes mesmo da entrada do jovem na vida universitária.

As contribuições existem, são variadas e, mesmo quando não tratam diretamente da questão da evasão, provêm reflexões, aportes e interrogações sobre a juventude no mundo contemporâneo que a instituição universitária tem sido refratária em considerar, deixando para as tabelas e quadros estatísticos a tarefa de apenas mostrar a existência do fenômeno, sem mobilizar energias para lidar, sinceramente, com o problema.

Encaminhar a evasão na educação superior, em todo o mundo, considerada aqui, como tema de pesquisa e objeto social, deve resultar de profundas mudanças nas instituições universitárias, em sua relação com o saber, na busca de sua legitimidade, e de um novo tratamento, do ponto de vista da qualidade, das populações de jovens estudantes que nelas entram todos os anos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA et al. Acesso e Sucesso no Ensino Superior em Portugal: questões de gênero, origem sócio-cultural e percurso acadêmico dos alunos. *Psicologia: reflexão e crítica*, v. 19, n. 3, p. 507-514, 2006.

BEAUPÈRE, Nathalie et al. *L'abandon des études supérieures*. Paris : La Documentation Française, 2007.

BÉRAIL, M. Laurent. *Le Travail des Étudiants*. Paris, 2007. Le Travail des Étudiants. Avis et Rapport du Conseil Économique et Social. Disponível em: <http://www.ove-national.education.fr/index.php?lang=en&page=resultat_recherche.php&super_type=notrapp>. Acesso em: 22 maio 2010.

CANCLINI, Nestor Garcia. Diversidade e direitos na interculturalidade global. *Revista Observatório Itaú Cultural / OIC*, n. 8, p. 144-152, 2009.

COULON, A. *A condição de estudante: a entrada na vida universitária*. Salvador: EDUFBA, 2008.

DIAS, E. T. *Dúvida da continuidade dos estudos universitários: uma questão adolescente*. 1995. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1995. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Fava.

FELOUZIS, G. Les Étudiants et la sélection universitaire. *Revue Française de Pédagogie*, n. 119, p. 91-106, 1997.

LAHIRE, B. *O sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável*. São Paulo: Ática, 1997.

MOEHLECKE, Sabrina. Avaliação institucional no ensino superior: como acompanhar a trajetória dos estudantes de graduação? In: COLÓQUIO IBERO-AMERICANO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 1., 2007, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: ANPAE, 2007.

PAIS, José Machado. *Ganchos, tachos e biscates: jovens, futuro e trabalho*. Lisboa: Ambar-Idéias no Papel, S.A., 2005.

PEREIRA, J. T. V. *Uma contribuição para o entendimento da evasão um estudo de caso*: Unicamp. Campinas, SP: Pró-reitoria de graduação da Unicamp, 1995. p.23-32.

PIOTTO, Débora Cristina. *As exceções e suas regras: estudantes das camadas populares em uma universidade pública*. 2007. 361 f. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2007. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Clotilde Rossetti-Ferreira

_____. Trajetórias Escolares Prolongadas nas Camadas Populares. *Cadernos de Pesquisa*, v. 38, n. 135, p. 701-727, set./dez. 2008.

RIBEIRO, Renato. Janine. *A Universidade e a vida atual - Fellini não via filmes*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

SANTOS, J.L.F.; BARROS, L.F. *Cadernos de Estudos da Evasão. Núcleo de Apoio aos estudos de graduação – USP*. São Paulo, 1994.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo et al. A Evasão no Ensino Superior Brasileiro. *Cadernos de Pesquisa*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 132, 2007.

SILVA, Cidinha da. Ações Afirmativas em Educação: um debate para além das cotas. In: SILVA, Cidinha da (org.) *Ações afirmativas em educação: experiências brasileiras*. São Paulo: Summus, 2003.